



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	22.839,46	22.839,46
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	22.839,46	22.839,46
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	22.839,46	22.839,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	22.839,46	22.839,46
DEFICIT (VI)			955.611.653,53	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	955.634.492,99	22.839,46



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	756.348.000,00	955.392.079,68	954.895.092,99	951.198.456,81	950.136.275,42	496.986,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	574.003.000,00	757.825.482,00	757.796.240,93	757.768.540,72	756.724.066,80	29.241,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.345.000,00	197.566.597,68	197.098.852,06	193.429.916,09	193.412.208,62	467.745,62
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	19.074.000,00	739.400,00	739.400,00	0,00	-	-
INVESTIMENTOS	19.074.000,00	739.400,00	739.400,00	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	775.422.000,00	956.131.479,68	955.634.492,99	951.198.456,81	950.136.275,42	496.986,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	775.422.000,00	956.131.479,68	955.634.492,99	951.198.456,81	950.136.275,42	496.986,69
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	775.422.000,00	956.131.479,68	955.634.492,99	951.198.456,81	950.136.275,42	496.986,69
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2025
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.125.227,36	2.836.760,13	2.836.760,13	288.467,23	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.125.227,36	2.836.760,13	2.836.760,13	288.467,23	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	35.076,67	35.076,67	35.076,67	-	-
INVESTIMENTOS	-	35.076,67	35.076,67	35.076,67	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.160.304,03	2.871.836,80	2.871.836,80	288.467,23	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2025
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)			
DESPESAS CORRENTES	456.457,53	3.690.280,56	4.146.738,09	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	1.699.903,87	1.699.903,87	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	456.457,53	1.990.376,69	2.446.834,22	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	456.457,53	3.690.280,56	4.146.738,09	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2025

1 INTRODUÇÃO

Estas Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão referentes ao exercício de 2025. Elaboradas segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), elas visam detalhar os Balanços Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa da Instituição.

Os dados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), refletem os registros contábeis realizados ao longo do exercício, asseguram transparência e fidedignidade à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, pautando-se pelos princípios da legalidade, competência, prudência e evidenciação

2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário relativo ao exercício de 2025 foi estruturado sob a égide da Lei Federal nº 4.320/1964 e do MCASP, refletindo fidedignamente a execução orçamentária compreendidas no período de janeiro a dezembro do referido ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

No Balanço Orçamentário estão refletidas, exclusivamente, as receitas efetivamente realizadas neste Órgão Ministerial, que totalizaram R\$ 22.839,46, provenientes de rendimentos de aplicações financeiras vinculadas a convênios com instituições privadas. Diferentemente dessas receitas, os recursos recebidos via cotas financeiras, montante de R\$ 956.022.000,04, são registrados estritamente no sistema financeiro, conforme preceitua o art. 6º, §1º, da Lei nº 4.320/1964. Tais valores são evidenciados no Balanço Financeiro e não compõem a receita orçamentária da unidade gestora para evitar a duplicidade de registros no âmbito do Estado do Maranhão.

Consequentemente, o desequilíbrio nominal observado no Balanço Orçamentário é intrínseco à natureza desta Instituição como unidade não arrecadadora. Tal prática está em plena conformidade com a Parte IV do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que ressalta a regularidade desse fenômeno em órgãos com estas características operacionais.

2.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A dotação inicial fixada para o exercício foi de R\$ 775.422.000,00, após atualizações, este montante passou para R\$ 956.131.479,68, reflexo de créditos adicionais no valor de R\$ 180.739.400,00 regularmente autorizados ao longo do exercício e de descentralização de crédito no valor de R\$ 29.920,32 realizada para execução do Termo de Convênio nº 05/2022, celebrado entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e esta Casa.

A Instituição apresentou um elevado grau de execução orçamentária, utilizando aproximadamente 99,95% da dotação atualizada. A estrutura de gastos dividiu-se da seguinte forma: a) As despesas correntes representaram o maior volume da execução, concentradas na manutenção administrativa e operacional da PGJ; b) As despesas de capital totalizaram R\$ 739.400,00, evidenciando uma execução reduzida durante este exercício em comparação ao montante global.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que o volume de despesas executadas ultrapassa o montante de receitas registradas no Balanço Orçamentário. Entretanto, tal disparidade, é inerente à própria natureza institucional do órgão, que não exerce função arrecadatória. A execução orçamentária é financiada, predominantemente, por recursos descentralizados do Tesouro Estadual. Assim, a diferença observada entre receitas e despesas não configura desequilíbrio orçamentário, refletindo apenas a dinâmica operacional de financiamento das atividades institucionais.

3 RESTOS A PAGAR

No que tange aos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, verificou-se o adimplemento da maior parte das obrigações, de modo que não remanescem saldos expressivos ao final do exercício financeiro de 2025. Tais dados evidenciam o regular acompanhamento e a efetiva execução dos compromissos assumidos pela Instituição, em observância aos princípios da competência e da gestão fiscal responsável, conforme se observa no quadro 1.

Quadro 1 – Restos a Pagar

Restos a Pagar Não Processados				
Categoria	Inscritos (R\$)	Pagos (R\$)	Cancelados (R\$)	% de Execução
Despesas Correntes	2.065.209,42	2.062.096,27	3.113,15	99,85%
Despesas de Capital	3.473.524,96	3.081.895,48	391.629,48	88,73%
Total	5.538.734,38	5.143.991,75	394.742,63	92,87%
Restos a Pagar Processados				
Categoria	Inscritos (R\$)	Pagos (R\$)	Cancelados (R\$)	% de Execução
Despesas Correntes	568.671,04	568.671,04	0,00	100,00%
Despesas de Capital	28.452,59	28.452,59	0,00	100,00%
Total	597.123,63	597.123,63	0,00	100,00%



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

4 BALANÇO FINANCEIRO

Elaborado em estrita observância ao Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro relativo ao exercício de 2025 reflete o fluxo de ingressos e dispêndios do período. O demonstrativo evidencia a movimentação financeira institucional entre janeiro e dezembro, detalhando a variação das disponibilidades no encerramento do exercício.

4.1 DOS INGRESSOS FINANCEIROS

Os ingressos financeiros totalizaram R\$ 1.238.949.702,11, compostos por variáveis, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Ingressos Financeiros

Grupo	Descrição	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	Aplicação financeira de recurso oriundo de Convênio com instituição privada	22.839,46
Transferências Financeiras Recebidas	Transferências recebidas do Tesouro Estadual	956.022.000,04
	Estornos de empenhos, em razão de adiantamentos não utilizados e devoluções de diárias;	493.152,71
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	Referentes a saldo de exercícios anteriores de seguro-garantia	11.239.151,40
Recebimentos Extraorçamentários	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.436.036,18
	Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.062.181,39
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (consignações, retenções e cauções)	255.360.747,59
TOTAL		1.228.636.108,77
Saldo do Exercício Anterior	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.056.871,30
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	256.722,04
TOTAL 2		10.313.593,34
TOTAL GERAL = (1 + 2)		1.238.949.702,11

4.2 DOS DISPÊNDIOS FINANCEIROS

Os dispêndios financeiros totalizaram R\$ 1.238.949.702,11, resultado da execução de variáveis, conforme quadro 3:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Quadro 3 – Dispêndios Financeiros

Grupo	Descrição	Valor (R\$)
Despesa Orçamentária	Execução das despesas previstas no orçamento do exercício	955.634.492,99
Transferências Financeiras Concedidas	Repasse financeiro concedido decorrente da descentralização de crédito	29.920,32
	Estornos de empenhos, em razão de adiantamentos não utilizados e devoluções de diárias	493.152,71
	Transferência entre contas da mesma Unidade Gestora	600.000,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas	Garantias Recebidas	13.164.977,65
Pagamentos Extraorçamentários	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.871.836,80
	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.146.738,09
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (recolhimento de consignações e retenções)	253.634.534,66
TOTAL (1)		260.653.109,55
Disponibilidade de caixa para o exercício seguinte		Valor (R\$)
Saldo para o exercício seguinte	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.089.473,91
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	284.574,98
TOTAL (2)		8.374.048,89
TOTAL = (1 + 2)		1.238.949.702,11

4.3 DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O Balanço Financeiro desta Casa, relativo ao exercício de 2025, evidenciou que a estrutura de ingressos é composta primordialmente por transferências provenientes do Tesouro Estadual, as quais constituem a principal fonte de sustento das atividades institucionais. Observou-se, paralelamente, uma movimentação regular de recursos extraorçamentários, com ênfase no fluxo de depósitos de terceiros e na execução de restos a pagar. O demonstrativo apresenta estrito equilíbrio formal, com a equivalência exata entre o total de ingressos e o total de dispêndios efetuados. Por fim, o saldo financeiro remanescente para o período subsequente demonstra-se tecnicamente suficiente para fazer face aos compromissos iniciais e obrigações imediatas do novo exercício.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

5 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), elaborada nos termos do Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64 e do MCASP, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Instituição durante o exercício de 2025, decorrentes de variações quantitativas aumentativas e diminutivas, bem como o resultado patrimonial do período.

5.1 DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O fluxo de acréscimo sob a ótica patrimonial totalizou R\$ 974.818.310,66, em 2025. Tais Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) representam o somatório dos ingressos que impactaram positivamente o patrimônio líquido da Procuradoria, sendo segregadas pelas naturezas, conforme quadro 4:

Quadro 4 – Variações Aumentativas

Categoria	Descrição	Valor (R\$)
Transferências e Delegações Recebidas	Transferências Financeiras do Tesouro Estadual	956.022.000,04
	Estornos de empenhos, em razão de adiantamentos não utilizados e devoluções de diárias	493.152,71
	Transferência de bens imóveis da Unidade Gestora 070901	1.513.550,40
	Transferência de bens móveis da Unidade Gestora 070901	11.019.042,78
	Transferência de material de consumo da Unidade Gestora 070901	118.850,90
	Transferência de bens intangíveis da Unidade Gestora 070901	3.841.000,00
	Terreno recebido em doação	1.596.644,51
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	Remuneração de aplicações financeiras recebidas	22.839,46
Valorização e Ganhos com Ativos	Ganhos decorrentes da incorporação de bens	36.095,28
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Restituições e estornos de empenhos pagos	155.134,58
TOTAL		974.818.310,66



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Observa-se que as variações aumentativas dependem significativamente de transferências intragovernamentais como mecanismo de financiamento institucional.

Observa-se, ainda, quanto ao item **2.27.00 – Relação Físico-Financeiro de bens imóveis incorporados** da prestação de contas, a incorporação de três edificações ao patrimônio institucional no exercício de 2025 não configura uma nova variação patrimonial (aumentativa) sob a ótica contábil. Isso ocorre porque os ativos já eram registrados em exercícios anteriores como Obras em Andamento, conforme o MCASP. Assim, a conclusão das obras e a entrada em operação dos imóveis, em 2025, resultou apenas na reclassificação contábil para a conta Edificações, sem impacto no resultado patrimonial do período. As reclassificações realizadas referem-se às seguintes unidades, conforme quadro 5:

Quadro 5 – Bens Reclassificados Para Conta Contábil - Edificações

Unidade	Classificação	Valor (R\$)
Promotoria de Justiça de Carolina	Edificação	858.107,88
Promotoria de Justiça de Governador Nunes Freire	Edificação	918.843,84
Promotoria de Justiça de São José de Ribamar	Edificação	5.892.572,10
Total Reclassificado		7.669.523,82

5.2 DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas totalizaram R\$ 967.383.453,74, conforme destacados no quadro:

Quadro 6 – Variações Diminutivas

Categoria	Descrição	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	Despesas com remuneração de pessoal ativo, encargos patronais e indenizações trabalhistas	757.768.540,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Despesas com pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais	58.363.211,47
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	Gastos com serviços de terceiros, diárias, consumo de materiais e depreciação do ativo imobilizado	145.134.146,80
Transferências e Delegações Concedidas	Repasse financeiro concedido decorrente da descentralização de crédito	29.920,32



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

	Estornos de empenhos, em razão de adiantamentos não utilizados e devoluções de diárias	493.152,71
	Transferência entre contas da mesma Unidade Gestora	600.000,00
	Doações	322.580,80
Desvalorização e Perdas de Ativos	Baixas de bens por inutilização	662.868,70
	Devolução de imóveis cedidos	1.968.691,64
	Saídas de estoques por uso	1.834.358,79
	Alienação de bens móveis	131.104,86
Variações Tributárias	Despesas com taxa de foro e contribuição previdenciária (INSS patronal) sobre contratação de pessoa física	74.876,86
TOTAL		967.383.453,67

A composição evidencia que as principais reduções patrimoniais decorrem das despesas com pessoal e da manutenção da estrutura administrativa.

Cabe destacar que os bens alienados possuíam valor de aquisição de R\$ 655.524,30 e depreciação acumulada de R\$ 524.419,44, resultando no valor contábil líquido baixado de R\$ 131.104,86.

6 BALANÇO PATRIMONIAL

Em conformidade com o MCASP e Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial reflete a situação financeira e patrimonial da Instituição em 31 de dezembro de 2025. O demonstrativo detalha a composição do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido, evidenciando as mutações ocorridas em comparação ao exercício anterior.

Quadro 7 – Informações Patrimoniais

Grupo	Descrição	Valor (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	Caixa e equivalentes de caixa	8.374.048,89
	Seguro-Garantia	13.164.977,65
	Estoques – Almoxarifado	963.398,59
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		22.502.425,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Bens móveis	110.018.092,55
	Bens imóveis	198.833.206,90
	(-) Depreciação, amortização e exaustão acumuladas	(75.002.619,86)
	Intangível – Softwares	9.412.065,51
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		243.260.745,10



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TOTAL DO ATIVO		265.763.170,23
PASSIVO CIRCULANTE	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	1.062.181,39
	Adiantamentos e demais obrigações a curto prazo	14.696.466,78
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		15.758.648,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Resultados acumulados	250.004.522,06
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		250.004.522,06
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		265.763.170,23

Das informações constantes do quadro 7, os saldos do ativo circulante - Caixa e equivalentes de caixa - recursos da Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie, sob responsabilidade desta Casa, são movimentados, durante todo o exercício, em rede bancária oficial, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.1 DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Quadro 8 – Ativos e Passivos Financeiros

Grupo	Valor (R\$)
Ativo Financeiro	21.539.026,54
Passivo Financeiro	20.194.684,35
Superávit Patrimonial	1.344.342,19

Os ativos e passivos financeiro evidenciam um superávit financeiro de R\$ 1.344.342,19, distribuído entre recursos não vinculados e transferências de convênios, demonstrando disponibilidade financeira para abertura de créditos adicionais no exercício subsequente, conforme legislação vigente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

6.2 DOS BENS IMÓVEIS

O saldo da conta de bens imóveis da Procuradoria Geral de Justiça apresentou evolução ao longo do exercício de 2025, passando de R\$ 197.691.703,63 em 01/01/2025 para R\$ 198.833.206,90 em 31/12/2025.

Essa variação decorre, principalmente, de incorporações e baixas patrimoniais realizadas no período, conforme detalhado a seguir:

Quadro 9 – Evolução Patrimonial

SALDO INICIAL 01/01/2025	197.691.703,63
(+) TRANSFERÊNCIA DE BENS IMÓVEIS DA UG 070901	1.513.550,40
(+) TERRENO RECEBIDO EM DOAÇÃO	1.596.644,51
DOAÇÃO DE TERRENO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BALSAS	1.596.644,51
(-) DEVOLUÇÃO DE IMÓVEIS CEDIDOS	1.968.691,64
PRÉDIO HISTÓRICO – RUA DA ESTRELA	1.206.535,01
PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	762.156,63
SALDO FINAL 31/12/2025	198.833.206,90

As incorporações registradas referem-se à transferência de bens imóveis oriundos de outra unidade gestora e ao recebimento de terreno em doação pelo Município de Balsas, destinado à instalação da Promotoria de Justiça local.

Por outro lado, as reduções decorrem da devolução de imóveis anteriormente cedidos à Instituição, destacando-se o prédio histórico localizado na Rua da Estrela e a unidade da Promotoria de Justiça de São José de Ribamar.

7 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e com o MCASP. Nela são



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

evidenciadas as movimentações de caixa e equivalentes de caixa (conta banco) da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, desta vez pelas classificações em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conjunta das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025 evidencia que a Procuradoria Geral da Justiça manteve regularidade na execução orçamentária, equilíbrio financeiro e solidez patrimonial. Inicialmente, observa-se no aspecto orçamentário, elevado grau de execução da despesa, com predominância de gastos correntes, especialmente com pessoal e encargos, característica inerente à natureza institucional do órgão.

Sob a ótica financeira, verificou-se adequada gestão das disponibilidades, com controle das obrigações de curto prazo e manutenção de saldo suficiente para suportar compromissos iniciais do exercício subsequente. A movimentação extraorçamentária apresentou volume relevante, especialmente em depósitos restituíveis e restos a pagar, sem comprometer o equilíbrio global. A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou geração operacional compatível com a estrutura de custeio institucional, inexistindo operações de crédito ou endividamento. No campo patrimonial, constatou-se incremento do Patrimônio Líquido, reflexo do resultado patrimonial superavitário apurado no período, bem como ampliação do ativo imobilizado decorrente de incorporações e transferências patrimoniais.

Dessa forma, as Demonstrações Contábeis refletem, de maneira adequada e fidedigna, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Instituição ao final do exercício de 2025, evidenciando gestão responsável dos recursos públicos e observância às normas legais e contábeis aplicáveis ao setor público.

São Luís, 31.01.2026

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS